

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.989 - MG (2018/0242487-8)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **O E DOS R**
AGRAVANTE : **K A T**
AGRAVANTE : **G A T**
ADVOGADOS : **MAURINIO SANTAREM ANDRE - MG057620**
: **IRIS MARIA TAVARES DE OLIVEIRA ANDRE - MG123274**
AGRAVADO : **T A A**
ADVOGADOS : **MARIA AUGUSTA BRAGA CHELINI PEREIRA - MG066102**
: **JOSE PAULO DA SILVA JUNQUEIRA E OUTRO(S) -**
: **MG030869N**

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): Súmula 7/STJ e ausência de similitude fática.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: ausência de similitude fática.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em R\$ 100,00 reais os honorários fixados anteriormente, observada a gratuidade de justiça deferida.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos

arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

